

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

GÊNERO NOS DISCURSOS DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALFENAS – CAMPUS VARGINHA

Jessica de Martins Sampaio (UNIFAL-MG) - jessicamsampaio@gmail.com

Administradora Pública e mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas

Ana Carolina Guerra (UNIFAL-MG) - ana.guerra@unifal-mg.edu.br

*Professora Adjunta II do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha,
Tutora do Programa de Educação Tutorial do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia - PET BICE.*

GÊNERO NOS DISCURSOS DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – CAMPUS VARGINHA

RESUMO

As trabalhadoras terceirizadas no Brasil são um grupo que, além de serem atingidas por problemas inerentes à terceirização, como menores salários, condições de trabalho mais precárias, maiores acidentes e maior número de doenças, são afetadas por problemas específicos de gênero como salários menores comparadas aos homens, menores chances de ascensão profissional, assédio, condições de trabalho mais precárias. Considerando tais questões, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as relações de gênero das trabalhadoras terceirizadas em no Campus Varginha da Universidade Federal de Alfenas. Como objetivos específicos buscar-se-á: caracterizar as trabalhadoras terceirizadas da universidade e identificar as dificuldades e problemas enfrentados por mulheres terceirizadas dentro do ambiente de trabalho. Para atingir tais objetivos, foram realizadas entrevistas com as trabalhadoras terceirizadas. Posteriormente, as entrevistas foram analisadas com base nas contribuições teórico-metodológicas da Análise Crítica do Discurso na perspectiva de Teun A. Van Dijk. Foi possível observar que o estereótipo de gênero é muito presente na realidade das trabalhadoras que sofrem com a discriminação e o assédio na sua vida cotidiana.

Palavras-chave: Terceirização; Gênero; Trabalho

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a sociedade, em um ambiente de relações entre diversos meios e atores, sempre mostraram que à medida que as mudanças ocorrem, alteram-se também todas as interações entre muitas variáveis, dentre elas as relações de trabalho. De forma mais específica a história da realidade do trabalho no Brasil foi composta em grande parte por um sistema flexível que tendia sempre para a degradação das condições de trabalho, através de meios como a terceirização, e se intensificou nas últimas duas décadas do século XX com a disseminação mundial de práticas gerenciais pautadas no neoliberalismo, que se tornaram um modelo de base para as administrações brasileiras, tanto públicas quanto privadas.

Órgãos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) elaboraram pesquisas que mostraram que 26,8% dos trabalhadores atualmente são terceirizados e a remuneração média destes trabalhadores é 24,7% inferior à remuneração dos trabalhadores contratados. Os resultados mostraram também que os terceirizados trabalham em média, 3 horas a mais por semana do que os contratados, além de ficarem 3,1 anos a menos no emprego, ou seja, os

trabalhadores recebem menos, trabalham mais e tem uma rotatividade maior (DIEESE/CUT, 2014).

Dentro das relações de trabalho que envolvem a terceirização é necessário observar, como ressalta Antunes (2009), que há uma subdivisão de grupos onde existem os que estão em maior desvantagem como as pessoas negras, as pessoas imigrantes e as mulheres. Este último, em específico, enfrenta algumas dificuldades pautadas na questão de gênero que ainda é tão presente na sociedade, como os menores salários, independentemente do setor de atividade (NEVES, 2006). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que no ano de 2013 as mulheres receberam, em termos proporcionais, 73,5% do rendimento dos homens, dados que, quando cruzados com o fato de que trabalhadores terceirizados tem menores rendimentos, mostram que as mulheres terceirizadas estão em um dos patamares mais intensos de desigualdade. Além desta diferença de rendimentos, ainda persiste na sociedade um estereótipo de trabalho para as mulheres, chamado por Neves (2012) de “guetos ocupacionais” onde as mulheres ocupam funções de pouco prestígio, baixos níveis de remuneração e considerados tipicamente femininos como secretárias, enfermeiras, funções de limpeza, dentre outros. Tais pontos são uma característica típica de sociedades construídas em cima de ideais patriarcais e discriminatórios em questão de gênero.

Observando tais pontos, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as relações de gênero das trabalhadoras terceirizadas no campus Varginha da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Como objetivos específicos buscar-se-á: caracterizar as trabalhadoras terceirizadas do campus e identificar as dificuldades e problemas enfrentados por mulheres terceirizadas dentro do ambiente de trabalho.

Assim, para que os objetivos propostos sejam alcançados, inicialmente foi feito um levantamento da quantidade de trabalhadores terceirizados dos três *campi* da UNIFAL e especificamente do campus Varginha afim de se obter uma visão da proporção de mulheres presentes neste meio.

2. GÊNERO E RELAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

2.1. Gênero e trabalho pela ótica feminista marxista

Quando se pensa no papel da mulher no mundo do trabalho e as relações de gênero, é necessário ter em mente que as mudanças no mundo do trabalho e todas as suas configurações refletiram, e ainda refletem no mundo atual, as características de toda uma sociedade. Qual a

finalidade do trabalho, quais as formas de interação, quem eram as pessoas que realizavam as tarefas, onde eram realizadas, entre outras questões estavam ligadas

Especificamente no capitalismo, considerado por Safiotti (1969) o momento mais avançado do modelo de sociedade baseado na propriedade privada, devido ao seu caráter inevitavelmente exploratório e promotor de desigualdades sociais, está em uma busca constante por esconder todas as injustiças sociais que causa. Muito mais que isso, as relações de desigualdade e poder entre diferentes gêneros, raças, religiões e outros, são um meio pelo qual a acumulação do capital se intensifica, visto que a exploração destes grupos é maior (ARRUZZA, 2015).

O direcionamento das mulheres para os postos de trabalho mais precários, já no início do desenvolvimento do capitalismo, era feito de forma que parecesse inerente à figura feminina pertencer a estes extratos. O individualismo e a meritocracia, promovidos como principais valores a serem adotados pela sociedade, reforçavam a existência de capacidades próprias do indivíduo. A liberdade para ocupar a função que desejasse era, no caso das mulheres, implicitamente uma liberdade suficiente para que vendesse sua força de trabalho de maneira precária. Estas determinações acompanharam o desenvolvimento do capitalismo durante, principalmente, o século XX. É inegável os avanços positivos dos direitos individuais das mulheres conquistados nas décadas passadas, entretanto, como ressalta Toledo (2001), quando não se almeja uma mudança da organização da sociedade tanto na base social quanto econômica, patamares em que a opressão às mulheres se apoia, a luta feminina caminha a passos lentos.

Nesse caminho, uma das principais teorias que contribui para a compreensão empírica da organização econômica e social, de forma a considerar toda a dinâmica envolvida nas relações entre indivíduos, é a teoria marxista (BROWN, 2014). Através de uma visão crítica, a teoria marxista permite analisar as relações sociais em sua totalidade, englobando todos os determinantes implícitos dessas relações. A busca não é por uma explicação baseada nas aparências superficiais, mas sim na base dos fatores sociais (CISNE, 2005).

As contribuições apontadas da teoria marxista são fundamentais para a compreensão da situação da mulher na sociedade, porém é importante ressaltar, como retratam Moraes (2000) e Federici, (2004), que tal teoria deve ser complementada por alguns aspectos conceituais. A opressão da mulher apresenta diversas dimensões, as quais dão a este modelo de dominação características específicas que ultrapassam os conceitos formulados por Marx e Engels. Federici (2004) coloca os principais pontos complementares à teoria marxistas que necessitam de uma atenção quando se busca discorrer sobre a opressão da mulher.

Para se pensar no desenvolvimento de uma sociedade que oprime as mulheres é necessário pontuar, além da exploração do trabalho, a divisão sexual do trabalho que surge como forma de estereotipar e definir lugares sociais às mulheres. Esta nova divisão sexual do trabalho, sob uma nova configuração patriarcal de sociedade, retira as mulheres do trabalho assalariado e intensifica sua subordinação à figura masculina. Um exemplo claro desse processo na Idade Média é a demonização da mulher parteira e o crescimento do número de homens que realizavam partos. Quando a situação da mulher subordinada ao homem é intensificada, esta vê também o domínio do seu corpo sendo apropriado pelo patriarcado. As mulheres passam a ser meras “produtoras” de mão-de-obra. Todo este processo é essencial para que se compreenda, além do que já colocado pela teoria marxista, como a sociedade se desenvolveu anteriormente ao capitalismo e contribuiu para que este se expandisse (FEDERICI, 2004).

Quando se trata dos avanços do trabalho feminino no passar dos anos, observa-se que padrões de gênero exercem uma influência inclusive na interpretação sobre as alterações históricas do trabalho das mulheres. O aumento do número de postos ocupados por mulheres é visto como uma alteração no seio da família, ou seja, não se desvincula da mulher a ideia central de reprodutora e encarregada das tutelas da família. As mulheres são vistas não como trabalhadoras pertencentes à estrutura de classes, mas sim como indivíduos indissociáveis da estrutura familiar. Mesmo quando são consideradas trabalhadoras, o fruto do seu trabalho é visto como um meio de melhora nas condições da família e dos indivíduos masculinos, e não da própria mulher (SAFFIOTI, 1969).

Nos tempos atuais, as mulheres ainda são vistas como responsáveis pelas gerações posteriores e a família como encarregada de suprir todas as necessidades econômicas daquele núcleo, além de precisar seguir um padrão de auto culpabilização por eventuais problemas financeiros (ORR, 2011). Criam-se expectativas sobre o papel de mulheres e homens dentro da família, onde qualquer falha é vista como problemas individuais e não estruturais. A visão de classe, então, continua deturpada e o individualismo é reforçado, impedindo que os indivíduos reflitam sobre sua posição dentro das relações de gênero.

O ambiente criado em cima da excessiva cobrança dos papéis individuais tem consequências sobre as ações das mulheres. A insegurança sobre as próprias capacidades e as dificuldades em alcançar postos de igualdade esmaga internamente a ambição feminina de conseguir ocupar lugares diferentes no mundo do trabalho, de alterar a realidade social. Muitas mulheres se veem obrigadas a adentrar em ocupações consideradas femininas devido ao medo de fracassarem ou o sentimento de impotência diante desta configuração da

sociedade. O homem, por sua vez, é ludibriado a acreditar de que é natural à masculinidade a posição de superioridade e de comando das relações sociais e isto colabora para o sustento do estado de opressão da mulher (SAFFIOTI, 1969).

O gênero, portanto, tem uma relação direta com classes sociais e é somente a partir da análise feminista marxista que se consegue compreender a totalidade da opressão da mulher (TOLEDO, 2001). Dessa forma, o capítulo seguinte busca levantar a situação da mulher trabalhadora na sociedade brasileira afim de pontuar, quantitativamente, as manifestações da exclusão capitalista e opressão de gênero vivenciada pelas mulheres no Brasil.

2.2. Mulheres e trabalho no Brasil contemporâneo

A posição da mulher na sociedade brasileira, apesar das diversas conquistas nas últimas décadas, é algo que vem se modificando a passos lentos. Para se compreender o desenvolvimento do trabalho feminino no último século é necessário pontuar que até o final dos anos de 1800, a propriedade privada, base inicial da sociedade capitalista, era negada às mulheres. A disseminação da ideia de que o gênero feminino era inferior ao masculino moldou as ideias e valores das mulheres brasileiras desde o século do descobrimento, se intensificando entre o final do século XIX e início do século XX.

Durante esta reestruturação do mercado de trabalho, que se estendeu em menor proporção durante o início do século XX, as mulheres se encontravam, em sua maioria, no setor de serviços. Este setor era caracterizado como o que oferecia piores condições de trabalho, colocando as trabalhadoras em situação de vulnerabilidade (BRITO, 2000), diante da extrema informalidade que este setor oferece, marcado principalmente pela terceirização (FURNO; GOMES, 2015). Brito (2000) aponta que, apesar da insegurança e instabilidade atingirem toda a população brasileira durante a crise dos anos 90, o trabalho masculino tende a encontrar uma maior estabilidade que o feminino, pois o trabalho feminino era mais presente no âmbito das terceirizações, trabalho informal, contrato temporário, entre outros.

Apesar das péssimas condições de trabalho, como baixos salários, maior índice de desocupação, observa-se um crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho, como mostra o IBGE: entre 2000 e 2010 o número de trabalhadoras com 16 anos ou mais cresceu de 50,1% para 54,6%. Porém o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho não significa uma melhora no mesmo, as mulheres continuam se inserindo em empregos informais e precários. Uma das evidências na permanência da precarização são os salários: em 2011 o salário dos homens com 11 anos ou mais de estudos era de R\$665,03 a

mais que das mulheres, número que é ainda mais preocupante dentro do nível superior onde os homens recebiam R\$1.559,60 a mais que as mulheres (IBGE, 2012).

Em relação às ocupações, Melo e Sabbato (2011) observaram que no ano da pesquisa o setor de serviços respondia por 75,5% do emprego feminino, além disso, 35% das mulheres tinham carteira assinada, e 75% das trabalhadoras nos subsetores de serviço recebiam até 2 salários mínimos. O aumento do número de mulheres no setor de serviço se comparado ao dos homens mostra como a força de trabalho feminina é direcionada a este ambiente: de 2003 a 2011 a porcentagem de mulheres trabalhando nos setores de serviços em geral subiu 4,4 pontos percentuais, enquanto para os homens este número foi de 2,68 pontos percentuais (IBGE, 2012).

Além de aumentarem sua presença no setor de serviços, atualmente as mulheres recebem, em média, 70% da renda masculina, permanecendo a desigualdade salarial independentemente da posição ocupada (NEVES, 2006; PINHEIRO et al., 2016). A condição social que determina tais dados quantitativos vem da ideia de que a mulher deve ser subordinada ao homem independente da profissão, o que ocasiona uma desvalorização da força de trabalho feminina e conseqüentemente a desigualdade de identidades entre os grupos (CHIES, 2010).

Além do que foi afirmado acima, o trabalho feminino, além das dificuldades já citadas, é permeado pelo imaginário de que as mulheres são mais limitadas que os homens e mais problemáticas por serem vistas como uma pessoa que necessariamente também tem obrigações dentro da família, como cuidar da casa e dos filhos (CHIES, 2010). Isto contribui para o direcionamento das mulheres para as profissões mais precarizadas e com maiores índices de rotatividade, como é o caso das funções que exigem baixa qualificação (FURNO; GOMES, 2015). Segundo Pinheiro et al. (2016), cerca de 60% das mulheres ocupadas estão inseridas em relações de trabalho precárias e quando observados os dados do IBGE (2014), nota-se que, no ano de 2010, 25,2% das mulheres trabalhadoras acima de 16 anos exerciam funções sem carteira assinada ou não remuneradas, contra 18,3% dos homens.

A precarização se manteve presente, sendo uma das suas maiores manifestações a terceirização dos serviços que dizem respeito principalmente à manutenção, vigilância e limpeza. Este último, ocupado em sua maioria pelas mulheres, reflete tanto a construção sexista que é feita em cima dos gêneros (OURIQUES; GARBIN, 2007), quanto o direcionamento de mulheres para funções mais precárias, afim de atender aos interesses de exploração capitalista. A realidade da trabalhadora terceirizada, então, é permeada por

diversos problemas não só econômicos como sociais, os quais serão tratados no tópico seguinte.

2.3. O cenário das trabalhadoras terceirizadas no Brasil

Para se discutir a questão das trabalhadoras terceirizadas é necessário entender que as mesmas enfrentam problemas que se somam e vão além da questão de gênero. O estereótipo criado em cima do papel dos gêneros, citado anteriormente, não é um agravante isolado no caso das mulheres terceirizadas. Estas trabalhadoras também sofrem com condicionantes de classe, como a baixa escolaridade, fruto da dificuldade de acesso ou permanência nas escolas.

Diversas pesquisas mostram que o nível de escolaridade das trabalhadoras terceirizadas é, em sua maioria, muito baixo. Souza (2012), ao realizar uma pesquisa com as trabalhadoras terceirizadas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) considerando variáveis sobre precarização e divisão sexual do trabalho, observou que mais da metade das entrevistadas tinha, no máximo, o ensino médio completo, estando a maioria delas no grupo das que não terminaram o ensino fundamental. Este resultado se repete em diversas pesquisas (LISBOA, 2004; COSTA, 2015; ANDREATA, 2016; IRBER, 2016), sendo uma semelhança entre elas o fato de que nenhuma das trabalhadoras pesquisadas tem ensino superior incompleto ou completo. Apesar de não explorada detalhadamente, a ausência de trabalhadoras terceirizadas que ingressaram, mesmo que temporariamente, no ensino superior é uma evidência da exclusão social que este grupo sofre.

As dificuldades enfrentadas por essas trabalhadoras não são restritas à educação, mas estão presentes também no âmbito econômico e social. As pesquisas analisadas mostram uma remuneração muito baixa das trabalhadoras terceirizadas, a qual, em sua maioria, não chega a um salário mínimo. Apesar de haver um salário proporcional à jornada, isto não significa que a remuneração seja aceitável. Andreatta (2016) constata, em sua pesquisa com as trabalhadoras terceirizadas da cidade de Santa Maria, que as que recebem menos de um salário mínimo trabalham de 36 a 40 horas semanais, o que indica uma baixa remuneração e uma carga horária elevada.

Além de terem trabalhos precários e baixos salários, as trabalhadoras terceirizadas precisam lidar com tarefas domésticas após chegarem nas suas casas, principalmente as que tem filhos e/ou são casadas (LISBOA, 2004; SOUZA, 2012; SILVA, 2012; COSTA, 2015; IRBER, 2016). Dados coletados por Silvestre, Ferreira e Amaral (2016), em uma pesquisa realizada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mostram que as trabalhadoras

terceirizadas da instituição destinam cerca de 15,8h semanais ao trabalho doméstico, enquanto para os trabalhadores terceirizados este número é de 2,6h. Esta dupla jornada de trabalho é característica de um sistema que considera a mulher como única responsável pelos afazeres domésticos, atribuindo ao gênero essa função.

A atribuição de funções e tarefas específicas para as mulheres também se manifesta nas atividades exercidas pelas trabalhadoras terceirizadas. Apesar de haver uma diversidade de funções exercidas por trabalhadores terceirizados no geral, as mulheres tendem a se concentrar nas áreas de limpeza e cozinha (como copeiras e cozinheiras) (SILVA, 2012). A terceirização como nova forma de participação feminina no mercado de trabalho acarreta, também, consequências negativas para a saúde das mulheres como deterioração das condições físicas e mentais (ARAÚJO; FERREIRA, 2009). Além disso, há um agravamento dos problemas como assédio moral e sexual, vivenciado por diversas trabalhadoras que se acentua quando se trata das trabalhadoras terceirizadas que se encontram nos postos mais explorados pelo capitalismo.

Juntamente com as relações desiguais que ali se estabelecem, o ambiente físico de trabalho também se mostra problemático. Cerca de 77% das entrevistadas na UNB relataram que ficam mais de 6 horas em pé durante uma jornada de trabalho e 75% disseram que correm riscos no trabalho, sendo os principais: quedas, contaminação via produtos químicos e doenças (IRBER, 2016). Resultado semelhante pode ser observado na pesquisa realizada na UFSC, onde as trabalhadoras sofrem com doenças causadas por excesso de esforço físico e intoxicação por produtos químicos. Além destas, doenças relacionadas ao nível psicológico, como depressão e angústia, também foram observadas nas mulheres, fruto principalmente de problemas financeiros domésticos (LISBOA, 2004). Tais dados conversam com a pesquisa feita pela DIEESE/CUT (2014) a qual mostra um alto índice de acidentes e doenças de trabalho em trabalhadores terceirizados, um agravante presente também no grupo das mulheres.

Tais pontos indicam a existência de diversos problemas específicos que atingem as trabalhadoras terceirizadas e que estão relacionados tanto à precarização do trabalho e exploração do trabalhador, quanto às questões de desigualdade de gênero. Entender as relações de gênero é uma condição essencial para se compreender as diferentes formas de atuação da terceirização (ARAÚJO; FERREIRA, 2009). Assim, como ressalta Abramo (1996), é necessário ir além de dados estatísticos para compreender o que significa a presença das mulheres no mundo da reestruturação produtiva e precarização do trabalho, precisa-se descobrir e entender quem são estas mulheres, o que fazem, de onde vem, em outras palavras,

encontrar com a realidade do trabalho e suas múltiplas facetas afim de tratar as mulheres como pessoas e não apenas como números.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, pois esta abordagem é caracterizada pelo processo de geração de dados através de “percepções, ações, crenças e valores” (CEDRO, 2011, p. 129) dos indivíduos pesquisados. Como se busca compreender como se constroem as relações de gênero dentro do ambiente de trabalho das trabalhadoras terceirizadas, este caminho metodológico se mostra mais adequado.

Levantadas tais concepções e buscando atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa realizou entrevistas semiestruturadas com as trabalhadoras terceirizadas do Campus Varginha da UNIFAL-MG. Todas as trabalhadoras terceirizadas do campus Varginha foram contatadas, porém somente 9, 4 auxiliares administrativas e 5 auxiliares de limpeza, se mostraram dispostas a responder a pesquisa. Afim de manter a confidencialidade dos dados, as trabalhadoras foram identificadas com nomes fictícios inspirados em autoras feministas, sendo elas: Alexandra (Kollontai), Bell (Hooks), Helleieth (Saffioti), Evelyn (Reed), Simone (de Beauvoir), Clara (Zetkin), Mirla (Cisne), Silvia (Federici) e Joan (Scott). A coleta de dados através da realização de tais entrevistas. Organizadas, as entrevistas foram analisadas através da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso na perspectiva do autor Van Dijk. Este tipo de abordagem tem seu foco na análise dos componentes presentes nas falas e textos (VAN DIJK, 1993) e quais são os significados produzidos pelos mesmos (VAN DIJK, 1995). Um dos pontos principais da ACD é o foco na compreensão dos problemas sociais através da análise do discurso de diferentes atores sociais (VAN DIJK, 1993). Para isto, a mesma oferece caminhos para a compressão do abuso de poder e social, e da desigualdade legitimada e reproduzida dentro da sociedade (VAN DIJK, 2015). O caráter crítico desta abordagem objetiva questionar e se opor a dominação social que, segundo Van Dijk (1996), é institucionalizada e organizada na sociedade de forma que se criem rotinas de reprodução do poder das majorias. Este poder se manifesta através de falas racistas e sexistas que muitas vezes não estão explícitas no discurso, e por isso necessitam de uma análise mais profunda para que se entenda como estão expressas (VAN DIJK, 1995), pois existe uma naturalização de falas discriminatórias pois pouco se reflete sobre as mesmas.

4. TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS: A REALIDADE ATRAVÉS DOS DISCURSOS

4.1. Caracterização das trabalhadoras terceirizadas

O perfil das trabalhadoras terceirizadas é algo que reflete não só a condição dentro da instituição, como também a sua situação social, mostrando, muitas vezes, que as mesmas estão inseridas em um ambiente marginalizado, com difícil acesso à educação e a condições sociais melhores. De um total de nove trabalhadoras entrevistadas, quatro eram auxiliares administrativas e cinco auxiliares de limpeza, com idades que variavam entre 26 e 52 anos. Estes dados indicam que o trabalho terceirizado engloba todas as faixas etárias de mulheres, porém, quando analisados por função, é perceptível uma disparidade entre as trabalhadoras. As trabalhadoras como auxiliares administrativas, uma função que exige menos trabalho braçal e é considerado como um trabalho mais intelectual, é ocupado por trabalhadoras entre 26 e 36 anos. Já na função de auxiliar de limpeza estão as trabalhadoras com idade entre 27 e 52 anos. Isto podem indicar que as trabalhadoras mais jovens são preferíveis para funções que lidam mais diretamente com outros públicos dentro da instituição, como os concursados, alunos e comunidade de uma maneira geral. Tal situação decai no estereótipo de gênero, como levantado por Arruzza (2015), o qual coloca a beleza feminina (ligada, muitas vezes, à jovialidade) como uma característica que deve ser explorada pelo empregador.

Concomitantemente a estes dados, está também a escolaridade das trabalhadoras. Das nove entrevistadas, somente uma possuía superior completo, seis possuíam ensino médio completo e, duas, ensino fundamental incompleto. A única trabalhadora que possuía ensino superior completo era auxiliar administrativa e, também, a representante da empresa terceirizada dentro da Unifal. As outras trabalhadoras que ocupavam a mesma função na instituição tinham ensino médio completo. As duas trabalhadoras que possuíam o menor grau de instrução ocupavam as funções de auxiliar de limpeza. Isto indica que existe, mesmo que indiretamente, uma hierarquia onde as que possuem menor nível de educação formal ocupam funções de menor prestígio.

Em relação à formação da família e quantidade de filhos, foi possível observar que quatro entrevistadas são solteiras e não tem filhos, enquanto cinco entrevistadas têm filhos, sendo uma divorciada e o restante casadas. Dentre as entrevistadas que tem filhos, a quantidade destes varia entre 1 a 3. Por fim, a última questão colocada foi a raça, onde foi observado que cinco entrevistadas eram negras e quatro brancas. O número de mulheres

negras mostra que, como coloca Antunes (2009), este grupo compõe a maior parte dos funções menos prestigiados e está em desvantagem na sociedade, visto que as mulheres negras pertencem às duas minorias marginalizadas: os negros, que historicamente sofrem com o preconceito e discriminação que atingem âmbitos sociais e econômicos, e as mulheres que, historicamente, tem seus direitos negados e são atingidas pela discriminação de gênero presente na sociedade.

4.2. Os discursos das trabalhadoras terceirizadas

Através da análise dos discursos das trabalhadoras terceirizadas foi possível perceber que as situações vivenciadas pelas mesmas são parecidas. Considerando esta questão, os discursos foram separados por temáticas de acordo com seu conteúdo. Essas temáticas foram assim divididas em: “o trabalho e seu sentido para as trabalhadoras terceirizadas”, “experiências como terceirizadas”; “gênero dentro dos discursos” e “a individualidade e a coletividade das trabalhadoras”, sendo apresentadas a seguir.

4.2.1. Gênero dentro dos discursos

Gênero e trabalho são duas coisas que, inevitavelmente, se articulam. Dentro da realidade da precarização do trabalho e, conseqüentemente da terceirização, as mulheres ocupam um espaço expressivo e precisam ser compreendidas dentro desta realidade. A questão de gênero foi manifestada em diversos momentos durante a entrevista. O primeiro deles foi quando as trabalhadoras foram questionadas sobre o motivo de começarem a trabalhar, como mostra o relato a seguir:

“Ajudar em casa.” (Helleieth)

Juntamente com a necessidade pessoal, abordado em um capítulo anterior, vários discursos também mostraram a necessidade de trabalhar para aumentar a renda da família. Foi selecionado somente um fragmento devido ao fato da resposta ser repetitiva, porém muitas trabalhadoras relataram o mesmo motivo. A palavra “ajudar” dá ao trabalho um sentido de complementariedade na renda da família, não sendo o rendimento principal. Tratar o trabalho feminino como complementar, e não principal, é consequência de um capitalismo que

direciona às mulheres aos extratos mais precários (SAFFIOTI, 1969) e as coloca como mão-de-obra secundária que não necessita da mesma valorização que os homens.

Saindo de uma motivação para trabalhar geral e entrando mais especificamente no ambiente de trabalho, as trabalhadoras também relataram o porquê de começarem a trabalhar na Unifal. Vários motivos foram apontados, sendo um dos primeiros a habilidade pessoal:

“Era a **minha área** de serviço mesmo, **é o que eu sei fazer.**”
(Helleieth)

A resposta de Helleieth indica certa inevitabilidade do trabalho, pois a mesma coloca, como pode ser observado em “minha área”, que a área em que está atuando, nesse caso, a de limpeza, é a área a qual ela pertence, reforçado pelo pronome possessivo minha. Neste momento é importante observar, como pontua Van Dijk (1993), quem fala e em que posição fala, assim, a trabalhadora, quando ressalta que a área da limpeza é a qual ela pertence, está falando como mulher que pertence a uma classe social mais baixa. Existe, portanto, uma relação implícita entre mulher e o tipo de trabalho que realiza. O estereótipo de gênero, entendido como uma aplicação de ideais patriarcais para definir as posições de trabalho ocupadas pelas mulheres (ARRUZZA, 2015), está presente nesse momento quando a trabalhadora, na posição de mulher, coloca o trabalho na limpeza como inevitável para si mesma.

As experiências de trabalho anteriores das trabalhadoras também são compostas por estereótipos de gênero construídos na sociedade, como pode ser observado nos discursos:

“Eu estava **trabalhando de diarista** e eu trabalhava de auxiliar de produção.” (Evelyn)

“**Atendente e enfermagem.**” (Silvia)

“Eu já trabalhei no café, **balcão.**” (Joan)

O trabalho de diarista, relatado pela Evelyn, é uma reprodução da vida doméstica no trabalho da trabalhadora. Mesmo adentrando o mercado de trabalho, a trabalhadora passou a exercer uma profissão que explora o estereótipo de que a mulher tem habilidades naturais para lidar com questões domésticas. Nos outros dois discursos é possível enxergar, também, tais

estereótipos de gênero, como nas seleções lexicais “atendente”, “enfermagem” e “balcão”. Todas estas profissões são direcionadas às mulheres baseado na ideia de que as mulheres têm maior habilidade para lidar com pessoas e, no caso do trabalho como enfermeira, existe a noção de que às mulheres devem ser direcionados os postos onde é necessária habilidade para cuidar de pessoas, outro papel ligado ao estereótipo de gênero (ARRUZZA, 2015). Tais estereótipos de gênero são uma forma encontrada pelo capitalismo para reforçar as desigualdades entre homens e mulheres criada pelo patriarcado moderno. Através da intensificação das desigualdades, o capitalismo pode explorar a mão-de-obra feminina mais intensamente, visto que a mesma é considerada secundária (SAFFIOTI, 1969). Além da questão de gênero, há o histórico de trabalho precarizado relatado pelas mulheres. Todas as profissões citadas até então são permeadas por baixos salários e altas jornadas, como mostra o relatório da DIEESE (2010), ao levantar que os trabalhadores do comércio nas regiões metropolitanas do Brasil trabalham, em média, 46 horas por semana e recebem, no caso das mulheres, em média R\$4,00 por hora, sendo este valor 88,5% do salário dos homens.

Os estereótipos de gênero permaneceram quando as trabalhadoras foram questionadas do motivo de escolherem trabalhar na Unifal:

“Eu **gosto da área de limpeza.**” (Alexandra)

“[...] acho que **é um dom mesmo**, viu? [...] **eu gosto mesmo é da limpeza.**” (Evelyn)

“[...] **eu comecei com 16 anos de idade.** Aí depois eu casei, depois dali um ano e pouco tive filho, **aí parei para eu cuidar do meu filho.** [...] Voltei agora com quase 50 anos.” (Bell)

É perceptível nos dois primeiros fragmentos que as trabalhadoras estabelecem uma relação de naturalidade com o fato de gostarem de trabalhar como auxiliares de limpeza. Na seleção lexical “é um dom mesmo” a trabalhadora busca colocar como inerente à sua figura como mulher a habilidade dentro da área de limpeza. Nesse momento, o estereótipo de gênero se repete e no discurso há uma cognição social (VAN DIJK, 1993) do papel natural da mulher na sociedade. A naturalização da ideia de que as mulheres são mais habilidosas com tarefas domésticas é, como retrata Federici (2004), uma construção histórica que serviu como alicerce para o desenvolvimento do capitalismo em cima da lógica do patriarcado moderno.

Atribuir funções domésticas e reprodutivas exclusivamente às mulheres é uma forma de privatizar a vida dessas mulheres colocando-as a serviço do capitalismo. No relato de Bell é perceptível como ela foi mais responsabilizada pela situação ocorrida com o filho. Em um primeiro momento, ela aponta que começou a trabalhar antes dos 18 anos de idade, algo comum entre trabalhadoras terceirizadas como mostra a pesquisa de Silva (2012). Posteriormente, a trabalhadora relatou a necessidade de sair do emprego para cuidar do filho. No discurso “aí parei para eu cuidar do meu filho” é perceptível, através da análise do “eu cuidar”, que não houve uma terceira pessoa como ajudante deste processo, indicando que a trabalhadora sozinha teve que lidar com as consequências do nascimento do filho. A exclusão desta mulher do mundo do trabalho motivada por questões familiares remete à reflexão feita por Federici (2004) que diz respeito à exclusão das mulheres dos postos de trabalho afim de confiná-las em casa para atender aos interesses reprodutivos do capital e da figura do patriarca.

Em outro momento, mais especificamente dentro da instituição, as mulheres puderam expressar as diferenças entre homens e mulheres trabalhadoras da Unifal. Alguns discursos traziam os seguintes pontos:

“Vamos falar assim, no meu setor, **às vezes, assim, há uma diferença** [...] não sei se é porque dele ser homem, **mas passar mais responsabilidade.**” (Helleieth)

“Eu acho que **dos homens é mais pesado** do que das mulheres porque exige mais.” (Bell)

No primeiro relato a trabalhadora percebe a existência de uma diferença de tratamento entre homens e mulheres na instituição. Os termos “às vezes, assim...” demonstram uma certa hesitação por parte da trabalhadora, talvez por medo de evidenciar algo negativo que exista dentro da instituição e sofrer repressões em função disto. Porém, a trabalhadora explica que a diferença no tratamento está, segundo ela, na noção de que o homem do mesmo setor seria mais responsável que ela. A seleção lexical “passar mais responsabilidade” remete à ideia de que existe uma racionalidade maior na figura masculina do que na figura feminina. Há, neste momento, uma subestimação da inteligência da trabalhadora, colocando-a como menos competente que o homem no momento de realizar atividades que exigem responsabilidade. A outra trabalhadora também relatou a diferença entre homens e mulheres, porém não enxerga

isso como algo negativo. Ao relatar que “dos homens é mais pesado” Bell, primeiramente, ignora todas as dificuldades do trabalho que executa e enxerga o trabalho dos homens como mais intenso analisando somente questões físicas. Outro ponto importante no discurso é, novamente, o estereótipo de gênero. Enquanto às mulheres é direcionado o trabalho de limpeza da instituição, aos homens são delegadas funções que exigem maior força física.

Atribuir funções diferentes e estereotipadas a homens e mulheres é resultado de um materialismo histórico que definiu papéis sociais diferentes aos seres sociais afim de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo, como coloca a teoria feminista marxista (SAFFIOTI, 1969). Criar a ideia de que o trabalho dos homens é mais pesado pode, indiretamente, influenciar as remunerações de homens e mulheres, pois, quando se coloca que um trabalho é mais intenso que o outro, pode-se argumentar de que o mais pesado merece uma remuneração mais alta. Porém, algumas trabalhadoras reconhecem que exercem uma atividade tão pesada quanto a dos homens:

“Eu acho que temos o mesmo trabalho que eles, que **trabalha igual. Tem trabalho braçal e tudo**, é complicado igual ao deles.” (Mirla)

“Ah... eu acho que **a gente trabalha mais.**” (Alexandra)

Mirla entende que as mulheres e os homens da instituição têm a mesma quantidade de trabalho, como mostra a seleção lexical “trabalha igual”. Além disso, a trabalhadora complementa que o trabalho que executa é tão pesado quanto ao dos homens, observável em “tem trabalho braçal e tudo”. Ao evidenciar que o trabalho braçal está presente nas suas atividades, a trabalhadora coloca essas atividades como se fosse algo incomum no trabalho feminino. O discurso de Alexandra complementa este raciocínio, colocando até o trabalho das mulheres como mais intenso e mais pesado comparado ao dos homens. Esta ideia de similaridade nas atividades exercidas é positiva para que não haja a criação de nenhuma hierarquia que possa, posteriormente, justificar desigualdades e tratamentos diferenciados entre homens e mulheres, principalmente quanto à remuneração. Ao entenderem que trabalham tanto quanto os homens, as mulheres desenvolvem uma mentalidade que pode auxiliá-las no processo de cobrança de direitos.

As questões sobre trabalho e gênero não ficaram limitadas às relações internas na instituição. As trabalhadoras também foram questionadas sobre o trabalho que executam em suas casas, principalmente o trabalho doméstico. Algumas respostas foram as seguintes:

“Então, eu no caso **já sou praticamente uma dona-de-casa**. Aí eu tenho lá a casa que mora eu e meu namorado, aí somos só nós dois. [...] Às vezes [as tarefas são compartilhadas], **a maioria é só eu.**” (Evelyn)

“[sobre realizar tarefa doméstica] Sim, **muito**. [...] [sobre compartilhar as tarefas] **Às vezes.**” (Alexandra)

“[sobre realizar tarefa doméstica] **Nossa Senhora, sim, sim!** [...] Só dever da minha filha, essas coisas, que meu marido ajuda, **agora serviço de casa tudo eu.**” (Joan)

No primeiro relato analisado a trabalhadora coloca “já sou praticamente uma dona-de-casa”, indicando que está próxima de se inserir no estereótipo da mulher que realiza todas as tarefas domésticas, da mulher como única responsável pela própria casa. Além disso, posteriormente a trabalhadora relata que o namorado, com quem ela mora, raramente compartilha as tarefas, sendo a maioria realizada pela trabalhadora, como mostra o fragmento “a maioria é só eu”. As outras duas trabalhadoras apresentam discursos semelhantes. Alexandra relata trabalhar intensamente em casa ao responder “muito” quando questionada sobre realizar tarefas domésticas, questão que acontece também com Joan que utiliza a expressão “Nossa Senhora” e repete “sim” duas vezes para dar intensidade à sua fala. Ambas também relatam que as tarefas não são compartilhadas e que, no caso de Joan, o marido ajuda somente à filha realizar os deveres de casa.

Transferir todas as obrigações domésticas às mulheres vem, primeiramente, de um estereótipo de gênero (ARRUZZA, 2015) de que as mulheres têm habilidade natural para lidar com questões domésticas. Além disso, a vida doméstica ainda é uma forma de reafirmação do papel masculino de dominador do núcleo familiar. Assim, atribuir unicamente à mulher, mesmo que trabalhadora, as responsabilidades das tarefas domésticas é uma forma do capitalismo se desenvolver, pois o mesmo se aproveita da reprodução da imagem da mulher dona-de-casa e objeto de criação de novos trabalhadores para reforçar as desigualdades que trazem consequências negativas para as mulheres (FEDERICI, 2004).

Todos estes discursos indicam que as mulheres exercem uma dupla jornada, onde trabalham na instituição e posteriormente trabalham em casa, realizando tarefas domésticas

diariamente. A dupla jornada ocasiona um cansaço excessivo nas mulheres, sendo um causador, muitas vezes, de muitas doenças físicas e psicológicas. Os trabalhos de Silvestre, Ferreira e Amaral (2016) e Silva (2012) mostraram como a dupla jornada atinge muito mais as trabalhadoras terceirizadas comparado aos trabalhadores terceirizados, sendo uma problemática muito ligada à questão de gênero.

Complementarmente às anteriores, uma última questão abordada que tinha como principal tema a questão de gênero foi se as trabalhadoras passaram por alguma situação incômoda por ser mulher. Vários discursos apontaram que sim, como os seguintes:

“É... **brincadeiras pornográficas**, entendeu? Eu acho que... Já falei que não gosto desse tipo de conversa, desse tipo de brincadeira. [...] Ah, ainda faz, não faz às vezes comigo, mas faz com quem tá perto, do lado, **sempre acabo presenciando alguma coisa que não acho legal**, alguma conversa, **alguma brincadeira de mau gosto.**” (Clara)

Em seu discurso, Clara relata que presenciou brincadeiras de cunho sexual por parte dos homens com quem trabalha e que necessitou manifestar sua insatisfação para que as brincadeiras parassem de acontecer. Porém, na seleção lexical “sempre acabo presenciando alguma coisa que não acho legal”, a trabalhadora relata que, por mais que as brincadeiras não aconteçam com ela, ainda acontecem com outras trabalhadoras. A palavra “sempre” indica uma constância nos acontecimentos. A ocorrência de brincadeiras de cunho sexual por parte dos homens direcionadas às mulheres está ligada à liberdade sexual que é reforçada entre os homens e negada às mulheres. Enquanto aos homens é dado o controle sobre a própria sexualidade, as mulheres são vistas como não dignas de direito sobre o próprio corpo e sobre a própria sexualidade, algo que acontece desde os primórdios da sociedade, porém muito reforçado no período de caça às bruxas, onde as mulheres que não eram dominadas pelo Estado eram consideradas como bruxas que mereciam uma punição, como relata Federici (2004).

Uma trabalhadora relatou que um caso mais grave, onde sofreu assédio sexual por parte de um colega de trabalho:

“Eu **sofri assédio sexual** por um colega de trabalho. Terceirizado mesmo. Por eu ser mulher e por eu ser colega de trabalho. Ele ficou assim... **O que aconteceu DEPOIS do assédio**, não por ele ter

assediado, **foi o julgamento dos colegas**, para mim foi triste. [...] Como se eu tivesse culpa, exato. E eu não tive culpa. [...] [sobre ter apoio] Não, algumas sim, né porque quem presenciou... depois tiveram uns questionamentos aqui, **porque depois ele perdeu o emprego e achou que eu tinha influenciado. Acharam que não tinha necessidade** disso. [sobre denunciar] Não. **É um processo muito longo**, aí você tem que provar, você tem que ir contar tudo que aconteceu, aí prejudica no ambiente de trabalho, **a pessoa pode ir atrás da gente**, a pessoa tem acesso a minha rotina. Fiquei com mais medo.” (Mirla)

O caso relatado por Mirla foi o mais grave de todos os discursos. A trabalhadora relata que sofreu assédio sexual e que as consequências do assédio contribuíram para que o acontecimento fosse traumatizante. Na seleção lexical “O que aconteceu DEPOIS do assédio” a trabalhadora busca enfatizar que, além de ter sofrido com a situação, teve que lidar com os problemas posteriores. Estes problemas estavam ligados aos julgamentos.

Este discurso mostra claramente como a sociedade ainda julga a mulher, mesmo que esta seja a vítima de uma situação de assédio. A trabalhadora, primeiramente, teve sua individualidade invadida por um colega de trabalho, também terceirizado. Esta situação é uma manifestação de que é socialmente construída a imagem da mulher dominada e do homem dominador, o qual se sente na liberdade e no direito de exercer seu poder sobre, principalmente, o corpo feminino. A construção de uma sociedade patriarcal, reforçada pelo capitalismo (SAFFIOTTI, 1969) permite que estas situações ocorram, visto que as desigualdades são benéficas para o desenvolvimento de uma sociedade tomada pelo sentimento de individualidade onde os homens, nas relações de gênero, têm um comportamento de dominador servindo de instrumentos para o capitalismo avançar através da desvalorização da figura feminina. O julgamento dos colegas, como retrata a trabalhadora, é fruto de uma consciência coletiva de que a mulher, de alguma forma, é culpada pelo acontecimento, pois, segundo a lógica patriarcal, a sexualidade masculina é algo natural e incontrolável para os homens, logo, se ele agiu dessa forma com a trabalhadora, ela deve ter provocado de alguma forma. Após o trabalhador ter sido demitido, a trabalhadora continuou sofrendo julgamentos que a culpabilizavam pelo ocorrido, reforçando ainda mais a ideia de que a mulher é culpada pelo assédio que sofreu, e não vítima.

Além da culpabilização sem motivo, a trabalhadora se viu diante de uma situação onde sentia medo de denunciar o assediador. A seleção lexical “é um processo muito longo” mostra que existe um processo muito burocrático para denúncia de assédio sexual. Juntamente a este longo processo, a trabalhadora relata ter medo de sofrer perseguição do assediador, indicando que não existe nenhuma proteção institucional para casos como este, deixando a mulher com o trauma do assédio e, ao mesmo tempo, desprotegida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interações terceirização e gênero apresentam diversas vertentes que vão desde a precarização do trabalho, chegando na vivência das trabalhadoras terceirizadas dentro de um ambiente de constante discriminação baseado em construções sociais de uma sociedade patriarcal. Considerando tais pontos, a presente pesquisa buscou analisar as relações de gênero das trabalhadoras terceirizadas em no Campus Varginha da Universidade Federal de Alfenas.

Inicialmente, foi constatado que a idade das trabalhadoras varia de 26 a 52 anos, estando as trabalhadoras mais jovens concentradas nas funções de auxiliar administrativo, enquanto na função de auxiliar de limpeza agregava as mulheres com idades mais variadas, sendo a maioria as mais velhas. Além da idade, foi questionado o nível de escolaridade das trabalhadoras, que foi, em média, o ensino médio completo. Das nove entrevistadas, somente uma trabalhadora tinha ensino superior completo e era também a que ocupava a função de representante da empresa terceirizada. As trabalhadoras que não tinham o ensino fundamental completo eram, ambas, as com idade mais avançada.

As entrevistadas foram questionadas também sobre família e, em relação ao estado civil e filhos, quatro eram solteiras sem filhos, quatro casadas e com filho e uma divorciada e com filho, com a quantidade de filhos variando entre 1 a 3. Um último ponto sobre a caracterização das trabalhadoras terceirizadas foi a raça, sendo quatro trabalhadoras brancas e cinco trabalhadoras negras, indicando que há, mesmo que pequena, uma predominância de trabalhadoras negras na instituição. Isto é um ponto importante que mostra que além da precarização do trabalho e discriminação de gênero, as trabalhadoras terceirizadas são atingidas por questões de raça.

Sobre questões de gênero, ficou muito claro nos discursos foi o estereótipo de gênero entre as trabalhadoras. O primeiro ponto em que este estereótipo estava presente foi no motivo de trabalharem na Unifal. Muitas relataram a necessidade de ajudar em casa, como se seu

trabalho fosse secundário, enquanto outras evidenciaram que a área de limpeza era a área que as pertencia, dando um sentido de ligação natural entre mulheres e trabalhos que se assemelham ao realizado na esfera doméstica. As experiências de trabalho anteriores também agregaram muitos estereótipos de gênero. Em sua maioria, as trabalhadoras, antes da terceirização, estavam empregadas em atividades tipicamente femininas, como comércio, limpeza, enfermagem.

Retomando às entrevistas, somente uma das nove trabalhadoras entrevistadas utilizou a palavra “gênero” ao responder esta questão. O fato de essa trabalhadora ser, também, a única a ter ensino superior completo pode indicar que existe uma relação direta entre educação formal e noções básicas sobre gênero, porém, é necessário ressaltar que muitas mulheres sem educação formal detêm de um conhecimento sobre vivência feminina que muito tem a agregar a luta feminista. Porém, somente uma trabalhadora utilizar a palavra gênero pode indicar que as trabalhadoras terceirizadas, de uma maneira geral, tiveram pouco ou nenhum acesso à discussão sobre gênero.

Os discursos das trabalhadoras também foram permeados por características de uma sociedade patriarcal quanto à vivência de situações incômodas por serem mulheres. Algumas trabalhadoras relataram ter sofrido assédio ou presenciado brincadeiras sexuais por parte dos homens da instituição. O relato mais grave sobre assédio foi de uma trabalhadora que sofreu assédio de um colega de trabalho e, além de ter medo das consequências da denúncia, recebeu pouco apoio dos próprios colegas de trabalho, que chegaram a culpa-la pelo ocorrido. Estes acontecimentos demonstram que no ambiente de trabalho das terceirizadas também existe uma noção, por parte dos homens, de que a figura feminina é propriedade masculina e que os homens têm um poder sobre a mulher que pode ser exercido a qualquer momento, o que ocasiona consequências negativas para as mulheres que são abusadas, intimidadas e invadidas.

Pode-se concluir, através da análise dos dados apontados, que as trabalhadoras terceirizadas da Unifal – Campus Varginha estão inseridas em uma realidade de discriminação de gênero, permeada, principalmente, pelo estereótipo de gênero.

Sugere-se que pesquisas posteriores analisem e comparem a situação das trabalhadoras terceirizadas em outras instituições federais, estaduais e municipais, considerando outras variáveis como raça, além de dados quantitativos sobre salários, jornadas, entre outros. Além disso, outra proposta de pesquisa seria comparar os discursos de trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas sobre questões de gênero e terceirização, afim de identificar que tipo de

mentalidade sobre gênero e relações de trabalho constituem o pensamento dos homens trabalhadores terceirizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 2, 1996, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho, 1996.

ANDREATA, Rachel Loureiro. **O trabalho terceirizado no Brasil: uma representação da precarização? Da caracterização geral à especificidade do setor de limpeza em Santa Maria/RS no contexto dos anos 2000.** 2016. 209f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Terceirização e relações de gênero. In: DRAU, D. M.; RODRIGUES, I. J.; CONCEIÇÃO, J. J. (Orgs.) **Terceirização no Brasil:** do discurso à precarização do trabalho. São Paulo: Annablume/CUT, 2009, p. 129-150.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, 1º sem. 2015.

BRITO, Jussara Cruz de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 195-204, jan./mar. 2000.

BROWN, Heather. Marx on gender and the family: a summary. **Monthly Review**, v. 66, jun. 2014.

CEDRO, Marcelo. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. **Revista Perspectivas Sociais**, Pelotas, ano 1, n. 1, p. 125-135, mar. 2011.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, mai./ago. 2010.

CISNE, Mirlla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. In: **CÓLOQUIO MARX E ENGLÉS**, 4, 2005, Campinas.

COSTA, Carmen Lúcia. A territorialização do trabalho de mulheres em empresas terceiras: vida cotidiana e patriarcado. **Revista Pegada**, v. 16, n. 2, dez. 2015.

DIEESE. **Boletim trabalho no comércio**. n. 5, jun. 2010.

DIEESE/CUT. **Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha**. DIEESE/CUT: São Paulo, 2014.

EXTRATOR DE DADOS IPEA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 – 2012. Disponível em: <<http://extrator.ipea.gov.br/>>. Acesso em 04 out. 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2004. 464 p.

FURNO, Juliane da Costa; GOMES, Beatriz Passarelli. O gênero da terceirização. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 207-229, jan./jul. 2015.

IRBER, Beatriz Gabriele de Castro Silva. **Trabalhadoras terceirizadas de limpeza e conservação da UNB: Relatos de violência, invisibilidade e precarização**. 2016. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME. 08 de mar. 2012.

_____. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. **Estudos & Pesquisas**, Rio de Janeiro, n. 33, 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. Um olhar por baixo do tapete: mulheres terceirizadas. **Mulher e Trabalho**, v. 4, p. 161-168, 2004.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. A estrutura econômica num prisma de gênero – PNAD/IBGE 2008. **Niterói**, v. 12, n. 1, p. 23-59, 2. sem. 2011.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 11, p. 89-97, 2000.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e gênero: permanências e desafios. **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 257-265, jul./dez. 2006.

_____. Trabalho feminino, flexibilidade e qualificação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 11-28, mai./ago. 2012.

ORR, Judith. Marxismo e feminismo hoje. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, p. 132-143, 2º sem. 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo; GARBIN, Sandra. Trabalho feminino e terceirização: um estudo de caso. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 1, 2007, Rio do Sul. **Anais...** Rio do Sul: Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense, 2007.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, p. 1-133, 2013.

PINHEIRO, Luana Simões; JUNIOR, Antônio Teixeira Lima; FONTOURA, Natália de Oliveira; SILVA, Rosane da. **Mulheres e trabalho: breve análise do período de 2004-2014**. Brasília: IPEA, 2016. (Nota Técnica, 24).

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **As mulheres e as muralhas do patriarcado e do capitalismo: terceirização e precarização do trabalho no sistema do capital**. 2012. 206f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVESTRE, Bruno Modesto; FERREIRA, Olívia Cristina; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. O tempo de não trabalho e o lazer dos trabalhadores terceirizados da vigilância da Unicamp: uma análise comparativa entre os gêneros. **R. bras. Ci. e Mov**, v. 24, n. 4, p. 110-120, 2016.

SOUZA, Elaine Silva de. **A “Maquiagem” do trabalho formal: Um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor de limpeza da Universidade Federal da Bahia**. 2012. 196f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. **Marxismo Vivo**, São Paulo, n. 2, 2001.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.

_____. Aims of Critical Discourse Analysis. **Japanese Discourse**, v. 1, p. 17-27, 1995.

_____. Discourse, power and access. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Eds.). **Texts and Pratics: Reading in Critical Discourse Analysis**. Londres: Routledge, 1996, p. 84-104.

_____. Critical Discourse Analysis. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H.; SCHIFRRIN, D. (Eds.). **Handbook of Discourse Analysis**. 2 ed. Chicester: WileyBlackwell, 2015, p. 466-485.